

**GRAMÁTICA GERATIVA:
SUBSÍDIOS PARA O ENSINO DE ORAÇÕES
SUBORDINADAS COMPLETIVAS¹**

*GENERATIVE SYNTAX:
SUSIDIZE TO THE TEACHING TO INCLUSIVE
SUBORDINATIVE SENTENCES*

Eliandra Scapin Cargnin Pegoraro² e Nilsa Teresinha Reichert Barin³

RESUMO

Considerando que os estudos da linguagem sofreram transformações ao longo da história, o surgimento das diferentes gramáticas pôs em evidência preconceitos claros quanto à concepção e análise de estruturas da língua, sem mencionar o aspecto de que não há variantes inferiores. O intuito, neste estudo, é o de avaliar como a Gramática Gerativa pode subsidiar a norma no ensino das orações completivas em livros didáticos para alunos de oitava série do Ensino Fundamental. Em sua grande maioria, os autores seguem fielmente a Gramática Normativa no ensino das orações subordinadas, especialmente as completivas. A proposta é apontar um paralelo didático de como uma análise gerativa pode auxiliar a compreensão e facilitar o ensino das orações completivas em um universo de diferentes possibilidades de encaixamento.

Palavras-chave: sintaxe gerativa, ensino.

ABSTRACT

Considering that the scientific studies of language have suffered several changes along the history, the appearance of different grammars put in evidence clear prejudices regarding the conception and analysis of the language structures, without mentioning the aspect that there are not inferior variants. This study aims to evaluate how the Generative Grammar can subsidize the norm/ rules in the teaching of the inclusive sentences in

1 Trabalho Final de Graduação - TFG.

2 Acadêmica do Curso de Letras - UNIFRA.

3 Orientadora - UNIFRA.

text books for students in the eighth grade of Junior High School. In their great majority, the authors follow the Normative Grammar faithfully in the teaching of the subordinate sentences, especially the inclusive ones. The proposal is to point a didactic parallel expressing how the Generative analysis can aid understanding and facilitate teaching of the inclusive sentences in the big and complex universe of different possibilities for fitting.

Keywords: generative syntax, teaching.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo, teóricos, professores e estudantes vêm avaliando como a Gramática Normativa pode ser melhor aceita pelos alunos. Porém, muitas das tentativas acabam não tendo resultado positivo e, o que é pior, a Gramática Normativa passa a ter um conceito negativo não só para a escola, como para a sociedade. Com o intuito de avaliar como a Teoria Gerativa pode subsidiar a norma, e com base em estudos feitos por outros autores, como Lobato (1986), Silva e Koch (2001), é que essa pesquisa se realizou. Também Steffen e Lago (1987) têm suas contribuições neste estudo, afirmando que as primeiras evidências de análise Chomskyana foram com o componente sintático, o que torna relevante a teoria de Chomsky para a realização desta pesquisa. Assim, tendo como propósito o estudo da Gramática Gerativa como suporte à Gramática Normativa, objetivou-se a ênfase no estudo das orações subordinadas completivas da Língua Portuguesa, com novas perspectivas para o ensino da norma, quanto ao encaixamento desse tipo de orações. Com o estudo realizado, foi possível evidenciar que a análise gerativa facilita o ensino das orações subordinadas, tornando mais clara a sua compreensão.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O INÍCIO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS: MEMÓRIA

Começamos este capítulo definindo, segundo Lobato (1986), o que é lingüística. Em geral, é o estudo científico da linguagem e implica dois esclarecimentos: o real objeto de estudo e o contexto em que a lingüística se insere. Depois de muitos estudos acerca do caráter científico da lingüística, Lobato (1986), em suas observações, destaca que os estudos científicos sofreram várias transformações com a colaboração também de vários filósofos, com teorias que foram do racionalismo cartesiano, do

empirismo inglês, do idealismo alemão, do positivismo de uma corrente filosófica moderna tributária do empirismo, até que esse positivismo chegasse a adotar a tese do reducionismo absoluto, ou seja, em que todas as generalizações são redutíveis a termos primitivos empiricamente observáveis.

Lobato (1986) questiona: “Que características fundamentais atribuem cientificidade ao estudo lingüístico?”. Chegou à conclusão de que a língua é a principal característica do estudo lingüístico e, acerca disso, muito se pensou; surgiram então as gramáticas, cujo objetivo era explicar o universo como um todo, porém essa gramática foi preconceituosa ao comparar línguas primitivas, isto é, pouco desenvolvidas como línguas literárias.

A lingüística moderna se caracteriza por se abster de quaisquer julgamentos de valor [...] Quanto ao preconceito sobre as variantes de uma língua, considera o lingüista que não existem variantes inferiores: toda variação no uso de uma língua é lógica, complexa e regida por regras gramaticais. [...] uma dada variedade da língua não é superior às demais; ela só é considerada superior e isso por razões de ordem não- lingüísticas. Exemplos sintáticos [...] são os enunciados “vende-se ovos”, “ ele falou pra mim fazer isso”. A gramática tradicional os condena, classificando-os como erros, mas o lingüista não os rejeita e nem lhes atribui caráter certo ou errado; apenas considera-os como fatos existentes na língua e que como tal devem ser explicados (Lobato, 1986, p. 26).

Para Lobato, essa atribuição de caráter explicativo à lingüística se deu após o gerativismo. A autora mostra, em sua pesquisa, que os estudos lingüísticos iniciaram por volta do século V a. C. , desenvolvidos pelos romanos e pelos trabalhos especulativos da Idade Média e pelo estudo normativo dos gramáticos. Na Grécia antiga, os estudos gramaticais se deram de três formas. Com os filósofos, entre eles Sócrates, não há informações diretas. Na obra de Platão, foi discutida a questão da origem da língua, a composição fonética das palavras e também a referência à língua. A segunda forma de estudo foi da escola Estóica, em que a língua passou a ser trabalhada em obras independentes e defendia que os estudos lingüísticos faziam parte da Filosofia, e que a língua era exatamente a expressão do pensamento e do sentimento. Já, no período alexandrino, a preocupação com a língua era literária e tinha a intenção de tornar as obras

de Homero acessíveis aos contemporâneos. Também tinham preocupação com o “uso correto” da língua. Foi por volta do século III e II a. C. que surgiu a gramática tradicional do Grego, que consistia em uma análise lingüística quanto à descrição fonética, em específico a língua escrita, e o estudo etimológico para se chegar às formas anteriores de uma determinada palavra.

As classes de palavras foram definidas pela antigüidade grega. Assim como Platão dividiu a oração grega em um elemento nominal e um elemento verbal, para ele os nomes funcionam como sujeito numa oração e os verbos denotam ação ou qualidade expressa pelo predicado. Os verbos eram o que hoje é verbo e adjetivo. Aristóteles acrescentou mais outra classe, a das conjunções. Já os Estóicos subdividiram as palavras em quatro classes; nome, verbo, conjunção e artigo. Também os Estóicos contribuíram com a categoria de casos: o caso reto (nominativo) e os casos oblíquos (acusativo, genitivo e dativo). O termo caso era aplicado aos substantivos, adjetivos e participios, e já estendido aos verbos, passado, futuro e o presente do indicativo; mais tarde os verbos foram classificados em passivos e ativos, transitivos e neutros.

No século II a.C., segundo Lobato (1986), Dionísio da Trácia escreveu sua gramática que apresentava oito partes do discurso: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Para esse gramático, substantivo significa pessoa ou coisa, o artigo precede o substantivo, e o que mais aparece em sua gramática é a flexão paradigmática e a sintaxe está totalmente ausente.

O gramático Apolônio Discolo foi o primeiro a tentar uma teoria sintática abrangente no século II a. C. e, aplicada à língua Grega, seguiu as oito classes ditadas por Dionísio da Trácia, porém redefiniu alguns termos filosóficos, como, por exemplo, os pronomes e acrescentou a característica de serem portadoras de “substâncias sem qualidade”. Sobre a descrição sintática, instituiu que os verbos são classificados como ativos (transitivos), passivos e neutros (intransitivos). Para ele, a sintaxe diz respeito à combinação de elementos; trata também da noção de concordância e sua análise em constituintes imediatos.

Os romanos herdaram dos Gregos o modelo gramatical que, seguido pelos gramáticos latinos, distinguia-se em três aspectos diferentes no estudo da língua: a etimologia, a variação vocabular e a sintaxe. Na Idade Média, seguiu-se a tradição gramatical romana, com base em Donato e Prisciano, que eram adotados no estudo do Latim Clássico, considerada uma língua estrangeira aprendida na escola.

No século XVI, no início da Renascença, os estudos gramaticais

estavam voltados para a literatura. Nesse período, surgiu um grande número de gramáticos com base nas gramáticas greco-romanas. A primeira gramática portuguesa, de Fernão de Oliveira, surgiu em 1536 e também a de João de Barros, em 1540. É no século XVII que questões filosóficas apareceram no âmbito dos estudos lingüísticos e, no século XVII e XVIII, discute-se a relação entre língua e pensamento, que vem do tempo de Aristóteles, em que a grande tentativa era a de criar um sistema lógico e racional preexistente a todas as línguas, sendo elas um produto da razão, um reflexo do pensamento. No século seguinte, seguiram-se os estudos lingüísticos, porém com uma sintaxe baseada na ordem das palavras e a língua como expressão do pensamento.

No século XIX, dá-se início às gramáticas comparadas, também chamadas de lingüística histórica, a partir da descoberta do sânscrito, em fins do século XVIII. Esses estudos passam a ter o objetivo de identificar as famílias de línguas e trabalhar com a mudança lingüística que pode ser regular, universal (todas as línguas evoluem) e constante (qualquer língua está em evolução contínua).

Conforme Lobato (1986), é no século XX que surge uma nova corrente lingüística, o estruturalismo de Saussure, que é contra o atomismo da filologia comparada e contra o princípio comparativista. Saussure foi influenciado pelas idéias da época e, na sua interpretação, a língua é um fato social, isto é, um fenômeno semiológico. O psicologismo de Saussure manifestou-se como mentalista, pois explica que o “signo lingüístico une não uma coisa a um nome, mas um conceito a uma imagem acústica”. Afirma, ainda, que “um dado conceito faz emergir no cérebro uma imagem acústica correspondente, enfim, no fundo tudo é psicológico na língua e o signo lingüístico é então uma entidade psicológica”.

Após o estruturalismo de Saussure, surgiu uma nova escola, a do descritivismo americano, de Leonard Blomfield. Na seqüência, surgiu, em meados do século XX, uma nova corrente lingüística contemporânea, o gerativismo, com as publicações de Chomsky, principalmente em 1957 e 1965. Essa corrente ganhou esse nome por apresentar um conjunto de regras e princípios formalizados ou explícitos.

SINTAXE DA GRAMÁTICA GERATIVA, SEGUNDO CHOMSKY

Para Chomsky (1998), a Gramática Gerativa surgiu junto à revolução cognitiva, um fator importante para o seu desenvolvimento e que ocasionou importante mudança de perspectiva quanto a mecanismos internos (mentais) e ação dos seres humanos.

A partir dos primórdios gerativistas, muitos outros estudiosos passaram a pesquisar e a analisar a teoria. Assim, idéias e análises teóricas sobre sua origem foram resgatadas. Segundo estudos de Steffen e Lago (1987), a Gramática Gerativa não surgiu de repente, foi através de autores consagrados como Descartes, com a teoria racional, também Port-Royal, com a Gramática Universal, e Humboldt, que defendeu a diversidade das línguas humanas. Mas foi Noam Chomsky, com a obra *Estruturas Sintáticas*, quem iniciou o estudo da Gramática Gerativa. Mais tarde, essa nova gramática recebeu outros nomes como Gerativa, Transformacional e Gerativa-Transformacional, abrindo um vasto caminho para o estudo da Língua. Como eles citam, todos os dias, falantes nativos ouvem, lêem e criam novas sentenças da língua. Essas são o corpo de estudo da Gramática Gerativa, isto é, estudar a língua em desenvolvimento constante, permitindo que falantes criem novas sentenças nunca antes pronunciadas. A Gramática Gerativa propõe a existência de sentenças dadas a partir de um número limitado de regras para a formulação ilimitada de sentenças numa língua.

Também Lobato (1986), com base nos estudos de Noam Chomsky, fez uma análise geral sobre o que norteia essa nova corrente lingüística que formaliza os fatos lingüísticos via regras, aplicadas a uma potencialidade infinita de sentenças de uma língua natural, considerando suas propriedades fonéticas, sintáticas e semânticas. O Gerativismo também está ligado à noção de criatividade no que diz respeito à linguagem, porque Lobato fala sobre os três modelos de estrutura da língua: dois modelos estruturais foram considerados inadequados, e o terceiro trabalhou a questão da ambigüidade de certas frases, nomeando suas estruturas sintáticas de constituintes, como podemos notar nos exemplos a seguir, analisados por Lobato:

(1) *João é fácil de agradar.*

Nota-se que nessa frase há duas interpretações: É fácil de João agradar a alguém e É fácil de alguém agradar a João, aqui há duas estruturas sintagmáticas e as regras transformacionais se encarregam de explicar as ocorrências de João e alguém, alguém e João. Já, nos exemplos seguintes, haverá uma só estrutura sintagmática:

(2) *Eu o mandei chamar.*

(3) *Eu mandei chamá-lo.*

O que ocorre é uma transformação de deslocamento, mudando o pronome clítico de lugar.

Chomsky também afirmou que as transformações não podiam modificar o significado das seqüências e defendia também que transformações são regras que relacionam uma estrutura subjacente a uma estrutura superficial, sem alterar o sentido semântico.

A autora afirma, com base em Chomsky, que a Gramática Gerativa está composta em duas partes (fonologia, sintaxe), abandonando a posição entre morfologia e sintaxe, para incluir os fatos morfológicos de criação de palavras no âmbito da sintaxe, conforme especificado a seguir:

A gramática era vista então como sendo composta pela fonologia e pela sintaxe: a fonologia abarcaria a fonêmica e a morfofonologia (que estabeleceria a estrutura fonológica dos morfemas a partir das informações recebidas da sintaxe), e a sintaxe se ocuparia dos demais fatos lingüísticos, inclusive os morfológicos, tendo por objetivo gerar 'todas as seqüências gramaticais de morfemas de uma língua (Lobato, 1986, p. 75).

Segue-se o estudo, em 1965, com outro modelo, que continuou a tratar de fatos morfológicos no âmbito da sintaxe, em que pretendiam passar o gerúndio e o particípio para depois da raiz verbal. Porém, em meados de 1970, surge a versão da teoria em que a morfologia flexional continua a ser tratada na sintaxe. Após essa etapa, houve a publicação de *Aspects* em que a semântica foi integrada à teoria gramatical chomskiana e, desde então, fazem parte da investigação a sintaxe, a semântica e a fonologia. A primeira trata da construção de frases a partir dos itens lexicais, a segunda explica o significado das seqüências geradas pela sintaxe e a última indica a forma falada dessas mesmas seqüências. Assim, as três são independentes uma da outra, porque cada uma dá conta de seu objeto de estudo e análise.

Lobato (1986) mostrou em sua pesquisa que o gerativismo tem tendências quanto às noções de criatividade, mesmo que isso não influencie o aspecto criativo da linguagem na aplicação automática de regras. A Gramática Gerativa teve sua primeira publicação acerca deste assunto com a publicação do livro *Syntactic Structures*, com uma teoria de análise de estrutura em constituintes. Nesse livro, são analisados três modelos de estudo da língua, dois são estruturais e o outro é de análise de estrutura em constituintes, ou seja, o modelo transformacional em que Chomsky propôs que a teoria lingüística contivesse regras e que derivasse a estrutura

em constituintes para, assim, explicar a ambigüidade das frases. Chomsky também aplicou as regras transformacionais a sentenças declarativas e interrogativas correspondentes, conforme especificado abaixo:

- (4) *João comeu uma maçã.*
- (5) *João comeu uma maçã?*
- (6) *O que João comeu?*
- (7) *Quem comeu uma maçã?*

Chomsky, apud Lobato (1986), pretendia aplicar as regras transformacionais a esses exemplos que apresentam interpretações semelhantes e diferentes estruturas em constituintes e, para isso, ele propôs derivar as quatro sentenças de uma só estrutura subjacente (como uma seqüência nuclear). O exemplo (4) seria derivado só com aplicações de derivações obrigatórias; o (5), com transformações obrigatórias e facultativas de formação interrogativa, o (6) e (7) seriam derivadas pelas aplicações de regras transformacionais obrigatórias e pela aplicação de uma regra de formação com o pronome interrogativo. Mas esse modelo foi abandonado, pois, com o modelo de 1965, as transformações não podiam alterar o significado das seqüências, em que não é mais viável a noção nuclear. Esse modelo mudou um pouco, em 1967, quando Chomsky evidenciou que as transformações não podiam alterar o significado da seqüência. Lobato (1986) afirma que o modelo de 1957 foi herdado por Chomsky de seu professor Zellig Harris, observando, dessa forma, que há uma marca de continuidade entre o descritivismo americano e o gerativismo, conforme a citação:

A noção de transformação gramatical, na versão de 1957 da teoria Transformacional, foi herdada por Chomsky de seu professor Zellig Harris. Eis aí então um traço que marca a continuidade entre descritivismo americano e gerativismo. Harris defendia que uma transformação era uma relação direta entre uma classe e outra de sentenças: por exemplo, entre ativas e passiva, sem nenhuma anterioridade de uma em relação a outra. Para Chomsky (1957) [...] transformação é uma regra que se aplica a seqüências nucleares [...] para produzir seqüências da língua, podendo alterar o significado da seqüência nuclear à qual se aplica (Lobato, 1986. p. 95).

Essas duas tendências se aproximam e se opõem em relação às transformações que são as regras formais. A oposição dá-se à medida que há distinção no objeto de estudo da lingüística. No modelo de 1965, Chomsky contribui para formalizar a noção de transformação, aplicando uma regra que relaciona uma estrutura subjacente a uma estrutura superficial, sem alterar o conteúdo semântico. Também o modelo de 1965 alterou o de 1957 em relação à tradição descritivista americana, que é a ausência de inclusão da semântica. Porém, o gerativismo se distancia de qualquer outra corrente lingüística dos falantes/ouvintes. Lobato afirma também que, no Gerativismo de Chomsky, as propriedades lingüísticas universais são parte da faculdade de linguagem que pertence à mente humana e que essa teoria lingüística, por ser científica, sai do estágio de observações para a construção de exemplificar fatos realizados e prever novos. A aquisição da língua, segundo Chomsky, não se faz por imitação e hábitos, pois senão não poderíamos entender por que uma criança de 4 a 6 anos de idade produz enunciados sem nunca tê-los ouvido antes e, sim, explica que, a partir dos enunciados, é que a criança ouve, infere regras de princípios gramaticais e, a partir dessas, produz novos enunciados. Por esse motivo, muitas crianças flexionam verbos como: *cozi*, *vesti*, *dirigi*; criam outros novos como: “*fazi*”, “*trazi*”, “*cheguei*”, pois elas têm mentalmente uma regra internalizada na aquisição da linguagem. Esse posicionamento que Chomsky adota é racionalista, também defendido por Platão e Descartes, que pregam a importância da mente humana. As línguas naturais são definidas por regras, esse motivo leva-nos a entender por que falantes ouvintes compreendem frases nunca ouvidas antes, e que são internalizadas em sua memória cognitiva.

Segundo Lobato (1986), a teoria chomskiana atribui à sintaxe o poder gerativo da língua, deixando à fonologia e à semântica a função de interpretar seqüências produzidas pela sintaxe. Essas são estruturas que, sintaticamente, formam estruturas maiores denominadas constituintes.

PERÍODOS COMPOSTOS SEGUNDO A SINTAXE GERATIVA

Para Silva e Koch (2001), os períodos compostos são formados pela combinação de duas ou mais orações e essas se formam através de procedimentos sintáticos de coordenação (ou combinação) e subordinação (ou encaixamento). Esses dois grupos, sob a ótica da Sintaxe Gerativa, opõem-se entre si pelo tipo de regras transformacionais aplicadas. As autoras informam que, na subordinação, as regras são de substituição e que, na coordenação, as regras são de adição. Porém, esses assuntos

ainda são debatidos por estudiosos, pois não se chegou a uma conclusão quanto aos conceitos sintáticos de coordenação e subordinação ligados à perspectiva semântica e pragmática.

A Gramática Gerativa trata do estudo de frases complexas a partir de transformações. Conforme Silva e Koch (2001), a subordinação dá-se mediante o encaixamento de uma oração dentro de outra, mas para isso a oração encaixada (matriz ou principal) tem que exercer a mesma função sintática do constituinte no qual se opera a inserção. Há três tipos de frases encaixadas: as completivas, que se encaixam em um Sintagma Nominal; as circunstanciais, que se encaixam em um Sintagma Preposicionado Adverbial e as relativas que se encaixam em modificadores adjetivais do nome. Enquanto

[...] a coordenação constitui um mecanismo gerador recursivo, por meio do qual se combinam constituintes ou partes de constituintes que possuem a mesma estrutura interna, ou ainda, orações estruturalmente independentes (SILVA; KOCH 2001. p.120).

ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS, CIRCUNSTANCIAIS E RELATIVAS

As orações completivas, assim nomeadas por completarem a oração matriz, e designadas pela norma como substantivas, funcionam como Sintagmas Nominais e podem ser representadas por sujeito; objeto direto; objeto indireto; complemento nominal; predicativo ou aposto. O Sintagma Nominal pode ser representado por expressões designadas pró-formas como: algo, alguma coisa; uma coisa e isto. Essas são formas vazias de significado que servem para marcar a posição estrutural, ou seja, o lugar em que a segunda oração será encaixada. Desse modo a pró-forma pode ser substituída por um só item lexical, por um sintagma ou por uma oração. Entre o período simples e o composto, é possível identificarmos equivalência, visto que o período composto transformou-se em período simples, possibilitando que qualquer símbolo seja reintroduzido à direita do Sintagma Nominal, não importando se antes ele estava à esquerda. Vejamos os exemplos de Silva e Koch (2001):

- (8) i- *ALGO é importante.*
ii- *Todos os membros do Conselho apresentar sugestões.*
iii- *É importante a apresentação de sugestões por todos os membros do Conselho.*

iv- É importante que todos os membros do Conselho apresentem sugestões.

(9) *i- Ele desejava ALGO.*

ii- Os companheiros colaborar na pesquisa.

iii- Ele desejava a colaboração dos companheiros na pesquisa.

iv- Ele desejava que os companheiros colaborassem na pesquisa.

Segundo as autoras, a regra completa do Sintagma Nominal é: SN (Det) (Mod) N ou Pro ou O² (Mod): em que SN = Sintagma Nominal; Det = determinante; Mod = modificador; O¹ = oração principal; O² = oração encaixada. Ainda, as autoras afirmam que as completivas são classificadas conforme a posição ocupada na frase pelo SN, na qual ela for encaixada. Por exemplo, a oração completiva nominal vem encaixada em um nódulo “sintagma nominal” que, juntamente com a preposição, passa a pertencer a um sintagma preposicionado. Esse sintagma preposicionado funciona como complemento do nome dentro de outro sintagma nominal, o qual pode ser tanto um SN sujeito ou SN interior ao Sintagma verbal (objeto, predicativo, etc.). É esta a razão pela qual a completiva pode aparecer em posições diferentes.

Silva e Koch (2001) afirmam que o encaixamento das completivas pode dar-se por meio de dois tipos, ou seja, por meio de complementizadores: - que introduz orações substantivas desenvolvidas, e-r introduz orações reduzidas. Quanto ao complementizador “que”, a transformação de encaixamento obedece às seguintes etapas: encaixamento de uma oração O² no lugar da pró-forma “algo” e através do acréscimo do complementizador que. As autoras exemplificam da seguinte forma:

(10) *Eduardo sabe que Cristina viajou.*

Estrutura profunda:

i- Eduardo sabe algo (O¹)

ii- Cristina Viajar (O²)

iii- Eduardo sabe que Cristina viajou.

Às vezes, no encaixamento da completiva, é necessário ajuste quanto ao modo verbal, ao tempo, ao uso da preposição, ao apagamento do sintagma nominal idêntico e à extraposição. Dessa forma, o modo verbal varia dependendo de vários traços semânticos do verbo, pois o verbo da encaixada ora estará no indicativo, ora sofrerá transformação para o subjuntivo. Isso implica apresentar, na estrutura profunda, o verbo

da matriz mais os morfemas flexionais, já o verbo da encaixada apresenta-se no infinitivo. Também há verbos que exigem sempre o emprego do indicativo, ou sempre o do subjuntivo e verbos que admitem ambas as possibilidades. Silva e Koch (2001) dão os exemplos:

(11) *Eu soube que Lucila está (ou estava) doente.*

As três formas verbais dessa oração estão no modo indicativo, já em:

(12) *Eu temia que Lucila estivesse doente.*

Está no subjuntivo e:

(13) *Eu imagino que (Lucila está ou esteja) doente.*

Temos aqui uma oração com duas formas verbais aceitáveis: “imagino” está no modo indicativo e concorda com o verbo “está”, também no indicativo, ou com o verbo “esteja” no subjuntivo.

Segundo as autoras, verbos de volição (querer, desejar), verbos de sentimentos (temer, lamentar), de ordem ou solicitação (mandar, pedir) exigem o subjuntivo na encaixada, sendo que os verbos de constatação (notar, perceber, verificar) e de declaração (afirmar, dizer) determinam normalmente o uso do indicativo. Há, portanto, a hipótese de os verbos de declaração virem acompanhados do subtipo negativo e, assim, ocorrer o subjuntivo na completiva. Essa negação pode ser marcada por advérbio de negação “não”, “nunca”, “jamais” ou interiorizada no próprio verbo, como é o caso de negar. Veja o exemplo que Silva e Koch (2001) usam para ilustrar esse caso:

(14) *Eu não afirmo ou nego que ele está ou esteja tentando fugir ao compromisso assumido.*

Quanto aos verbos de julgamento, o emprego do Indicativo ou do Subjuntivo na completiva depende de os verbos apresentarem o traço (+factivo), ou seja, ter uma pressuposição verdadeira, ou (-factivo), que é a inexistência dessa pressuposição verdadeira. Assim sendo, sempre que o verbo de julgamento apresentar uma pressuposição verdadeira ocorrerá a presença do indicativo na oração encaixada, ou seja, na O², ao contrário disso, a falta da pressuposição determinará o emprego do subjuntivo na oração que completa a matriz. Silva e Koch (2001) mostram esses verbos da seguinte forma:

(15) *Acredito que nossa equipe realizou uma excelente partida.*

Pela presença do verbo no indicativo e no tempo passado, podemos pressupor que a equipe realizou uma excelente partida, pois o verbo no indicativo indica certeza do que aconteceu, acontece ou irá acontecer. Já em

(16) *Acredito que o novo presidente da empresa seja uma pessoa capaz,*

pressupomos aqui que o verbo no subjuntivo indica incerteza, pois entendemos que o presidente pode ou não ser capaz de gerenciar a empresa.

Segundo as autoras, os ajustes das completivas, quanto ao tempo da oração encaixada, dependem, muitas vezes, do tempo verbal da oração matriz; então, quando a oração apresentar verbos no indicativo e subjuntivo, a conjugação quanto ao tempo deverá ser a mesma para os dois modos. No exemplo

(17) *Desejamos que vocês façam boa viagem,*

notamos que os dois verbos estão conjugados no presente e, respectivamente, no indicativo e subjuntivo. Quando tratarmos de discurso indireto, o verbo terá modificações entre os tempos verbais, como, por exemplo, do presente a imperfeito, de perfeito ao pretérito mais que perfeito, de futuro do presente a futuro do pretérito. Nas sentenças

(18) *A jovem disse: - Sou uma criatura infeliz,*

o verbo está no tempo presente. Em

(19) *A jovem disse que era uma criatura infeliz*

o verbo está no tempo pretérito. Em relação ao uso da preposição, em verbos seguidos de sintagma preposicionado, no processo de encaixamento, ocorre o apagamento da preposição. Esses casos são encontrados em níveis de linguagem menos formais, como o exemplo:

- (20) i- *Preciso de algo.*
- ii- *Você me ajudar.*
- iii- *Preciso (de) que me ajude.*

A preposição “de” não aparecerá.

Por conseguinte, quanto ao apagamento do SN idêntico e correferencial a outro SN da matriz, o primeiro será apagado. Nos exemplos dados por Silva e Koch (2001), isso fica claro:

- (21) i- *A candidata acredita em algo*
- ii- *A candidata vencer as eleições*
- iii- *A candidata acredita que (ela) vencerá as eleições.*

E, por último, quanto à extraposição, ela ocorre quando a completiva estiver encaixada na posição de um sujeito da matriz e é transferido para o final da frase. Veja:

- (22) i- *Algo é certo.*
- ii- *Márcio chegar hoje.*
- iii- *É certo que Márcio chegará hoje.*

Assim como o complementizador “que”, o complementizador -r também tem suas contribuições, obtendo-se, assim, uma oração reduzida de infinitivo. Vejamos o exemplo:

- (23) i- *Luís espera algo. O¹*
- ii- *Luís vencer as dificuldades. O²*
- iii- *Luís espera vencer as dificuldade. O³*

Nesse exemplo, notamos que houve o encaixamento de O² na pró-forma algo e o acréscimo do complementizador -r, fazendo com que o verbo tome a forma de infinitivo e ocorra apagamento do SN idêntico da completiva. Na estrutura superficial, percebemos que a completiva infinitiva exerce, dentro da matriz, a função de objeto direto. Isso explica que, do mesmo modo que a desenvolvida, ela pode exercer as funções de sujeito, objeto direto, complemento nominal, predicativo e aposto. Para essa introdução do complementizador -r na completiva, são necessários alguns ajustes semelhantes à introdução do complementizador -que, como o apagamento da preposição que pode permanecer ou ser suprimida da oração matriz.

- (24) i- *Eu penso em algo.*
- ii- *Eu estudar medicina.*

iii- Eu penso em estudar medicina.

A partir da estrutura profunda, a extraposição ocorre quando a completiva infinitiva exercer a função de sujeito da matriz, sendo transposta geralmente para o final da frase. A concordância dá-se de duas formas: mantém o infinitivo com ou sem flexão. Isso ocorre quando os sujeitos são idênticos. O apagamento do SN idêntico na completiva ocorre naturalmente, podendo ser o SN sujeito ou SN complemento da matriz, porém pode ocorrer ambigüidade nas completivas, como no exemplo a seguir. A teoria gerativa mostra que a frase, abaixo indicada, pode provir de duas estruturas profundas diversas:

- (25) *i - Proponho-lhe ir ver o diretor.*
ii - Eu proponho algo a você.
iii - Você ir ver o diretor.
iv - Eu proponho você ir ver o diretor.
v - Eu proponho algo a você.
vi - Eu ir ver o diretor.
vii - Eu proponho eu ir ver o diretor.

Ou, ainda, a frase pode ser desambigüizada, na superfície, pelo uso do infinitivo flexionado.

viii- Proponho-lhe irmos ver o diretor.

Outra subdivisão das orações subordinadas são as circunstanciais, que, pela gramática tradicional, são chamadas de adverbiais. São orações que se encaixam na posição de um sintagma preposicionado adverbial, ou seja, de um SPA modificador da matriz, que também é representado por pró-formas que podem ser substituídas por um item lexical, um sintagma ou uma oração. O SPA assume então uma regra: SPA (prep + SN ou adv ou O²). Com Base ainda no estudo de Silva e Koch (2001), passamos a observar as relações que as circunstanciais podem representar: circunstanciais de tempo, como no exemplo:

- (26) *i- O público deixou o recinto em certo momento.*
ii- O espetáculo terminar.

Para unir essas duas frases, é necessária a transformação de circunstancialização que, nesse caso, é marcada por uma conjunção

temporal. Veja como o processo se dá na oração:

iii- O público deixou o recinto quando o espetáculo terminou.

Na oração subordinada circunstancial de causa, o encaixe se dá da mesma forma como em todas as demais circunstâncias.

(27) i- O torcedor ficou sem voz, por uma razão (causa).

ii- O torcedor gritar demais durante o jogo.

iii- O torcedor ficou sem voz, porque gritou demais durante o jogo.

Assim, cada oração tem sua circunstância. Por exemplo, a consecutiva pode ser substituída pela pró-forma com uma conseqüência; a de condicionalidade, com uma condição; a comparação, em comparação com algo; a de proporcionalidade, à proporção de algo; a de conformidade, de conformidade com algo; a de finalidade, para certo fim; a de concessão, apesar de algo, e as modais, de certa maneira. Essas pró-formas não são regras estáticas, pois elas podem variar conforme a oração em que se encontram.

Todas essas orações passam pela transformação de circunstancialização como já foi dito e, por vezes, é necessário ajuste relativo ao apagamento do SN idêntico ao tempo e ao modo. Ainda é importante ressaltar que o modo nas orações concessivas e finais apresentam sempre o verbo no subjuntivo, fora este caso, o Subjuntivo ocorrerá somente quando for futuro.

Silva e Koch (2001) ressaltam que devemos cuidar a ambigüidade, pois um mesmo circunstancializador pode ser empregado para exprimir diferentes relações e que a mesma relação pode ser veiculada por circunstancializadores diversos. Vejamos os exemplos:

(28) Morreu como um bravo. (comparação)

(29) Fez tudo como o médico havia determinado. (conformidade)

(30) Como estivéssemos exaustos, paramos para acampar. (causa)

É importante ressaltar que, à semelhança das completivas, as orações circunstanciais podem também ser encaixadas por transformação infinitiva, desde que antecedidas de preposição ou locução prepositiva, como, por exemplo: por (causa), para (fim), apesar de (concessão), a+o (tempo), a (condição), a ponto de (conseqüência). Existem também as circunstanciais reduzidas de gerúndio e participio, que geralmente se apresentam antepostas

às orações matrizes, mas algumas das orações circunstanciais não aceitam a forma de redução: as comparativas, as proporcionais e as conformativas.

E, por fim, Silva e Koch (2001) avaliam as orações relativas que, segundo a Gramática Tradicional, são chamadas de adjetivas em apenas dois tipos: as restritivas e as apositivas, aquelas funcionam como sintagmas adjetivais e apresentam-se encaixadas na posição de modificador do nome, veja a regra: SA-O², e estas, por seu valor de aposto, originam-se de orações coordenadas e se encaixam ao lado do SN que contém o elemento idêntico. São denominadas explicativas pela Gramática Normativa.

As relativas restritivas apresentam algumas semelhanças com as completivas como, por exemplo, quando são encaixadas na posição de um SA, representado por uma pró-forma que pode ser substituída por um item lexical, um sintagma ou uma oração. Vejamos os exemplos:

(31) *Falei com a menina inteligente.*

(32) *Falei com a menina de Júlio.*

(33) *Falei com a menina que estuda medicina.*

Dessa forma, a regra de reescritura do SA é: (intens) e (SPA) e Adj ou O² e (SPc).

Para o encaixamento de uma oração em outra, nas relativas, é necessário que os nomes sejam idênticos e correferenciais em que um deles acompanhe a pró-forma, representada por x pelas autoras Silva e Koch, determinando, assim, o lugar na oração matriz onde deve ocorrer o encaixe. Nos exemplos:

(34) i- *Eu comi o peixe x.*

ii- *O peixe estava estragado.*

iii- *Eu comi o peixe que estava estragado.*

Notamos que o SN antecedente ocupa a posição pós-verbal. Por esse motivo, o encaixe se deu à direita.

(35) i- *O peixe x estava estragado.*

ii- *Eu comi o peixe.*

iii- *O peixe que eu comi estava estragado.*

Nesse caso, o SN antecedente encontra-se em posição pré-verbal, sendo assim o encaixe central.

Segundo Silva e Koch (2001), no processo de relativização, a posição pré-verbal ou pós-verbal é importante tanto para indicar o tipo

de encaixamento, quanto para apontar a necessidade de reordenação das palavras na oração relativa (p. 118). Nas relativas, pode ocorrer ainda de o SN idêntico vir antecedido de preposição ou locução adjetiva, ou seja, pertencer a um sintagma preposicionado, assim os pronomes relativos deverão vir preposicionados. As relativas ainda podem assumir as formas reduzidas de infinitivo, gerúndio e participípio.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa bibliográfica, os pressupostos teóricos possibilitaram importantes subsídios para a análise realizada. No *corpus*, formado por livros didáticos de oitava série do Ensino Fundamental, procedemos à análise de orações subordinadas completivas em que foi observado se a aplicação seguia apenas orientações da gramática normativa ou se utilizava conhecimentos acerca da teoria gerativa, com a finalidade de possibilitar um melhor entendimento quanto à classificação de orações consideradas complexas.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir do embasamento teórico dado, fundamentamos a discussão dos dados, em que consideramos como são avaliadas as orações complexas subordinadas completivas em livros didáticos de oitava série do Ensino Fundamental.

Segundo Terra (1993), as orações subordinadas substantivas exercem funções próprias de um substantivo, ou seja, sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal ou aposto. Para a norma, as subordinadas substantivas são introduzidas, em geral, pelas conjunções integrantes que e se, as quais não têm funções sintáticas.

(36) *Que você case é urgente.*

No exemplo dado por Terra (1993), para a gramática normativa a oração em estudo é marcada pelo verbo da oração principal que apresenta função de sujeito, e esse verbo está na terceira pessoa do singular, enquanto a oração subordinada exerce a função sintática de substantivo, ou seja, é subordinada porque toda oração que exerce função sintática em relação à outra chama-se subordinada, é substantiva porque exerce uma função própria de um substantivo e é subjetiva porque exerce a função sintática de sujeito da oração principal.

A mesma frase *Que você case é urgente*, para a Gramática Gerativa, é analisada como completiva, ou seja, é a oração que completa a oração matriz. Essa oração é dada pelo sintagma nominal no qual se opera o encaixe que, na teoria Gerativa, é representado por expressões como *algo*, *alguma coisa*, etc., pró-formas que servem para marcar a posição estrutural, o lugar onde a segunda oração deve ser inserida. Vejamos: *algo é urgente*, em que *algo* é a pró-forma representando o sujeito, e *é urgente* é a oração principal. *Que você case é urgente.*, temos *que você case* como a oração encaixada na oração matriz e classificada como oração subordinada completiva subjetiva, porque o lugar estrutural que a pró-forma ocupa na estrutura profunda da frase é a de sujeito.

Para Bisognin (1994), as orações subordinadas substantivas ou completivas dependem de outra, e normalmente têm conjunção. A oração principal é quem acompanha a oração dependente (subordinada) que ela completa ou a quem amplia o sentido. Depois ele denomina como função os termos: sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo ou aposto e, por classificação, os termos: subjetiva, objetiva direta, objetiva indireta, completiva nominal, predicativa ou apositiva. Vejamos um exemplo dado por Bisognin (1994):

(37) *Descobri que não havia dinheiro no cofre.*

O autor solicita que o aluno destaque a oração subordinada e escreva qual função exerce em relação à oração principal, ou seja, o aluno destacará que não havia dinheiro no cofre e escreverá que é um objeto direto. O aluno deveria se basear pela classificação dada, fiel à Gramática Normativa, ou seja, estabelecendo algumas regras para ensinar o conteúdo de classificação de orações compostas. Com base nos pressupostos teóricos, vejamos como essa oração pode ser analisada segundo a Gramática Gerativa.

No exemplo 38, é importante analisarmos o sentido da frase ao aplicarmos a pró-forma *algo*, *descobri algo*, em que *algo* representa a oração subordinada e a sua função é completar o sentido da oração matriz *descobri*, no momento em que se dá o encaixe. Observamos que as orações se completam pelo sentido e, por isso, uma está subordinada à outra, sendo que o encaixe sempre ocorrerá em um sintagma nominal e, nesse caso, é completada por uma oração subordinada completiva objetiva direta. Com base no recurso das pró-formas, podemos auxiliar o ensino da norma, uma vez que, utilizando-as, torna-se mais clara a compreensão das orações subordinadas. Se aplicarmos a regra da norma: toda oração subordinada substantiva é introduzida por conjunção integrante e, no lugar

desta, aplicamos a pró-forma “algo” da Gramática Gerativa, será para o aluno uma maneira mais simples de identificar as orações subordinadas substantivas ou completivas e, conseqüentemente, as orações se completam via substantiva, porque *algo* é pronome substantivo e poderá adotar uma das seis identidades sintáticas dadas. Portanto, é importante a construção dos sentidos entre termos integrantes das orações.

Ainda, segundo Cereja (1998), as orações subordinadas substantivas e reduzidas estão consideradas assim: o autor elege as orações subordinadas substantivas como tendo valor de substantivo e estabelece funções em relação à oração principal: sujeito, objeto direto, etc. Segundo ele, as subordinadas, além de serem introduzidas pelas conjunções integrantes, também são por pronomes, pronomes indefinidos, advérbios interrogativos ou exclamativos. No exemplo a seguir, a subordinada substantiva exerce a função do objeto indireto do verbo da oração principal.

(38) *Lembrou-se de que ainda não entregara a pesquisa ao professor.*

Ele classifica *lembrou-se* como oração principal e o restante da oração *de que ainda não entregara a pesquisa ao professor* como oração subordinada substantiva objetiva indireta. Esta classificação está se referindo à classificação determinada anteriormente no livro. A maneira como o autor explica, leva os alunos a decorar as classificações. Para a Gramática Gerativa, a análise desta mesma frase ajuda a entender a construção que se dá na subordinada, como podemos observar a seguir. Usando a pró-forma da sintaxe Gerativa, o aluno conseguirá identificar qual é a oração principal e a subordinada; sendo assim, identificará a função da subordinada.

O mesmo autor aborda as orações subordinadas substantivas reduzidas. Apresenta formas diferentes para a mesma oração, vejamos:

(39) *É bom você usar um Kildare.*

(40) *É bom que você use um Kildare.*

Kildare é marca de sapato. Ressalta que as duas orações subordinadas são substantivas, no entanto, a primeira apresenta o verbo no infinitivo. É, portanto, uma oração reduzida. Essas são assim denominadas, por apresentarem verbos nas formas nominais; infinitivo, particípio e gerúndio. No segundo exemplo, a oração subordinada substantiva apresenta o verbo no modo Subjuntivo e é introduzida por

uma conjunção. São assim chamadas de desenvolvidas por apresentarem verbos no modo Indicativo, Subjuntivo e no Imperativo, as quais são introduzidas por conetivos. Cereja (1998) faz suas colocações de forma bem clara, mostrando ao aluno como a reduzida se dá.

No entanto, podemos ainda analisar a mesma frase com preceitos na Gramática Gerativa. É bom você usar um Kildare. As reduzidas na teoria Gerativa são introduzidas pelo complementizador -r e, nessa marca, podemos aplicar a pró-forma algo, tornando-se mais fácil descobrir qual das orações é a subordinada e, conseqüentemente, qual a classificação que essa oração receberá, dando sentido à oração matriz.

ii- É bom algo.

iii- Algo é bom.

Partimos da pergunta o que é bom? Algo. Então saberemos que a pró-forma algo está representando uma oração subjetiva, pois, para a norma, o sujeito está sempre na segunda oração e, com o auxílio das duas teorias, é fácil comprovar isso. Assim temos: É bom você usar um Kildare. A oração destacada é a subordinada completiva subjetiva reduzida de infinitivo. No outro exemplo: É bom que você use um Kildare, temos que a subordinada é introduzida por um conetivo e, ao aplicarmos a pró-forma algo, somos capazes de identificar a subordinada.

O livro de Faraco e Moura (1996) traz bem desenvolvida a explicação dos períodos compostos por subordinação. Os autores classificam como subordinada a oração que depende de outra, ou seja, subordina-se à outra oração ou ainda que exerce função sintática em relação à outra oração. Mas fazem isso com perspectiva somente da Gramática Normativa, vejamos como eles adotam a oração subordinada substantiva predicativa:

(41) A verdade é que ninguém estudou.

Eles dizem que predicativa é a oração substantiva que funciona como predicativo da oração principal e, a partir disso, afirmam que o verbo da oração principal será necessariamente de ligação.

Esta mesma oração, analisada sob a ótica da Gramática Gerativa, ganha outra compreensão, pois, ao aplicarmos a pró-forma algo, temos:

i- A verdade é algo.

ii- Ninguém estudou.

iii- A verdade é que ninguém estudou.

A construção de i- e ii- mostra que são duas orações, cada uma com seu verbo e, se aplicarmos ii- à pró-forma algo, veremos que as orações irão se completar e saberemos que é predicativa, porque verbos de ligação exigem predicativos como complemento.

Os mesmos autores abordam a completiva nominal e classificam-na como oração subordinada que funciona como complemento nominal de um termo da oração principal.

(42) Estou certo de que ela se sairá bem.

Os autores da Gramática Normativa dizem ser necessária a presença de um nome que exija complemento nominal, no caso desse exemplo é a palavra certo. A Gramática Gerativa desmembra essa oração em duas frases na estrutura profunda para, depois, proceder ao encaixamento.

i- Estou certo de algo.

ii- Ela se sairá bem.

iii- Estou certo de que ela se sairá bem.

Fazendo a construção com a pró-forma, fica fácil evidenciar a oração subordinada, lembrando sempre que o complementizador introduz uma oração subordinada. Sabemos ainda que podemos fazer a pergunta *estou certo de quê?* Pois o nome “certo” precisa de um complemento e a resposta a essa pergunta completa o lugar da pró-forma “algo”.

As explicações de Faraco e Moura (1996) são feitas de maneira clara, mas sempre, com o olhar da Gramática Gerativa, é mais fácil mostrar ao aluno como se dá a construção das subordinadas completivas.

Sarmento (1995), em seu livro da oitava série, explica a oração subordinada substantiva apositiva a partir do exemplo:

(43) Hoje só penso numa coisa: que ele me perdoe.

Mostra a oração principal, que tem a presença do verbo *penso* e também a construção da subordinada com a presença da conjunção integrante que marca o verbo *perdoe*. Afirma que a apositiva funciona como aposto, isto é, explica uma palavra da oração principal e aparece depois de uma pausa marcada por dois pontos, travessão ou ponto e vírgula. A autora faz uma boa explicação para a apositiva, mas é possível melhorarmos ainda mais com o estudo da Gramática Gerativa. Vejamos ao

aplicarmos a pró-forma algo:

- i- *Hoje só penso numa coisa: algo*
- ii- *Que ele me perdoe.*
- iii- *Hoje só penso numa coisa: que ele me perdoe.*

A Teoria Gerativa mostra que a subordinada é introduzida por uma conjunção integrante e faz a substituição pela pró-forma algo, isso nos dá a certeza de que o encaixe ocorrerá. A apositiva tem uma marca que é a entonação, e vem separada entre vírgulas ou por dois pontos. Então, analisar as orações subordinadas completivas apositivas sob a ótica da Gramática Gerativa e com os conhecimentos da norma torna-se uma tarefa fácil.

Vejam agora o estudo que Luft e Correa (1998) fazem em seu livro didático de oitava série. A cada capítulo dividem o estudo de gramática em morfologia e sintaxe separadamente. No capítulo quatro, no estudo de sintaxe, abordam as orações subordinadas substantivas, classificando-as como orações que exercem função própria de substantivo e essas orações têm funções como de sujeito que resulta em uma oração subordinada substantiva subjetiva; função de objeto direto que resulta em uma oração subordinada substantiva objetiva direta e, assim, segue a classificação como já vimos anteriormente. Observemos, agora, um exemplo de oração subordinada substantiva subjetiva dada por Luft e Correa (1998):

(44) *Seria bom que vocês se mudassem para uma comuna.*

Eles classificam *Seria bom* como oração principal e *que vocês se mudassem para uma comuna* como oração subordinada substantiva subjetiva. Então os autores sugerem transportar a oração subordinada (sujeito) para o início do período e resumi-la em uma palavra - isto, que ficará assim: Isto seria bom, em que “isto” toma o lugar de sujeito e, conseqüentemente, representando a oração subordinada substantiva subjetiva. Ainda sugerem fazer a pergunta: O que seria bom? resultando como resposta a oração subordinada. Os autores indicam formas de como identificar as orações subordinadas: o verbo da oração principal está sempre na terceira pessoa do singular; não há sujeito na oração principal; e o sujeito da oração principal é toda a oração subordinada e, por esse motivo, recebe o nome de subordinada substantiva subjetiva.

Percebemos que o estudo feito nesse livro didático apresenta conhecimentos prévios com base na teoria Gerativa, os autores não

falam em pró-forma, mas utilizam-na como forma vazia de significado, serve para marcar a posição estrutural, ou seja, o lugar em que a segunda oração será encaixada. Também fazem a pergunta à oração principal o quê? identificando que função a oração subordinada apresenta. Vemos, então, que esses autores têm uma boa perspectiva para o ensino dessa oração. Ainda poderíamos aplicar a essa oração a estrutura profunda:

i- Algo seria bom.

ii- Que vocês se mudassem para uma comuna.

iii- Que vocês se mudassem para uma comuna seria bom.

iv- Seria bom que vocês se mudassem para uma comuna.

Notamos que a pró-forma “algo” está substituindo a oração subordinada e também que essa oração vem introduzida pelo complementizador que, ficando evidente a construção do período.

Contudo, no mesmo livro didático, a abordagem da oração subordinada substantiva completiva nominal é proposta exclusivamente sob o olhar da Gramática Normativa.

(46) Fiquei à espera de que o Grande Manuel repetisse suas mágicas.

Os autores dizem que a oração *de que o Grande Manuel repetisse suas mágicas* desempenha a função de complemento nominal em relação a um nome da oração principal *Fiquei à espera*. Dizem também que, para identificar a oração completiva nominal, liga-se a um nome (na oração principal) através de uma preposição, ou seja, os autores dispuseram regras para o estudo desses períodos. Agora, vejamos o mesmo exemplo sob a perspectiva da Gerativa. Ao dispor a frase nas formas da estrutura profunda, podemos perceber algumas considerações importantes como:

i- Fiquei à espera de algo.

ii- Que o Grande Manuel repetisse suas mágicas.

iii- Fiquei à espera de que o Grande Manuel repetisse suas mágicas.

Sabemos que, ao aplicarmos a pró-forma algo, estaremos identificando a posição da oração subordinada completiva nominal, sabemos também que essa oração pode ser introduzida pelo complementizador que. Então, se aplicarmos as duas teorias, vamos ter uma maior compreensão do estudo da oração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, pudemos fazer várias considerações acerca dessa proposta de pesquisa, cujo objetivo era auxiliar a norma com os conhecimentos da Gramática Gerativa no ensino de orações subordinadas completivas para alunos de oitava série. Com o embasamento teórico, fizemos as análises em frases de livros didáticos de oitava série e evidenciamos que muitos autores utilizam-se apenas da Gramática Normativa para o ensino dessas orações. Por outro aspecto, foi possível identificar autores que fazem uso da Teoria Gerativa como auxílio para o ensino da norma, como Luft e Correa, que fizeram o estudo com as pró-formas. Esse estudo aponta uma proposta de ensino renovada para ser aplicada nas escolas, pois é mais prático o estudo das orações com a Teoria Gerativa, para uma melhor compreensão das orações e de como elas são estruturadas na superfície, a partir da estrutura profunda.

Assim, podemos assinalar, a seguir, algumas idéias conclusivas para fins de fechamento desse estudo, embora saibamos que outras análises serão bem-vindas, considerando que novas abordagens poderão se somar a esta:

- a) o auxílio da teoria Gerativa é subsídio na compreensão da norma culta;
- b) a análise gerativa facilita o ensino das subordinadas completivas;
- c) o encaixe dá-se em SN (sujeito, predicativo, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal aposto), isso facilita o aprendizado pela pró-forma;
- d) para a teoria gerativa as orações se completam pelo sentido;
- e) via Gramática Gerativa, a identificação da oração principal e subordinada (devido a pró-forma) é clara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISOGNIN, Tadeu Rossato. **Descoberta & construção**: português 8ª série. São Paulo: FTD, 1994.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português**: linguagens. 8ª série. 1 ed. São Paulo: Atual, 1998.

CHOMSKY, Noan. **Linguagem e mente**: pensamentos atuais sobre antigos problemas. Brasília: UnB, 1998.

FARACO, & MOURA. **Linguagem nova**, 8ª série. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Sintaxe gerativa do português**: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LUFT, Celso Pedro; CORREA, Maria Helena. **A palavra é sua língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.

SARMENTO, Leila Lauer. **Português na escola**, 8. FTD, 1995.

SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza ; KOCH, Igedore Grunfeld Villaça. **Linguística aplicada ao português**: sintaxe. 10 ed. São Paulo: Cortes, 2001.

STEFFEN, Elmar Augusto; LAGO, Osvaldo Dal. **A gramática gerativa-transformacional e o ensino da Língua Portuguesa**. Santa Maria: UFSM, 1987.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. 8ª ed. São Paulo: Scipione, 1993.